

# O PAPEL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Fernando Casanova\*

## Resumo

O artigo analisa as oportunidades e os desafios que a perspectiva do desenvolvimento econômico local abre às políticas e instituições de educação profissional. Para tanto, revisa os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento local e desenvolvimento econômico local; fundamenta o papel do conhecimento como elemento-chave para a busca de uma competitividade territorial baseada na identidade e nas especificidades econômicas, sociais e culturais dos territórios; argumenta sobre a potencialidade dos espaços locais para a busca de novas respostas à necessidade de articular educação e trabalho; e, finalmente, reflete sobre o papel das instituições educacionais nas estratégias de desenvolvimento econômico local e a emergência de novos arranjos institucionais em nível territorial.

**Palavras-chave:** Educação profissional. Instituições de educação profissional. Desenvolvimento. Desenvolvimento local. Desenvolvimento econômico local. Territórios. Competitividade. Globalização. Trabalho.

## Abstract

The paper analyses the opportunities and challenges that local economic development perspectives open to the policies and vocational education institutions. For this purpose, it reviews the development, local development and local economic development concepts; substantiates the knowledge role as a key element for the search of a territorial competitiveness based on the identity and economic, social and cultural specificities of

\*Formado em Sociologia e pós-graduado em População e Desenvolvimento. Atualmente, é Oficial de Programação do Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional da Organização Internacional do Trabalho (OIT/Cinterfor). Anteriormente, foi consultor do OIT/Cinterfor (1995-2005). Foi também Coordenador do Projeto Redel (2007-2009) e Coordenador de Atividades da OIT no Uruguai (2009-2013).

*E-mail:* casanova@ilo.org

Recebido para publicação em: 09.01.2015

Aprovado em: 16.01.2015

territories; argues on the local spaces potentialities to search for new responses to the need to articulate education and labor; and, finally, reflects on the educational institutions role in the local economic development strategies and the emergence of new institutional arrangements on territorial level.

**Keywords:** Vocational Education. Vocational education institutions. Development. Local development. Local economic development. Territories. Competitiveness. Globalization. Labor.

## Resumen

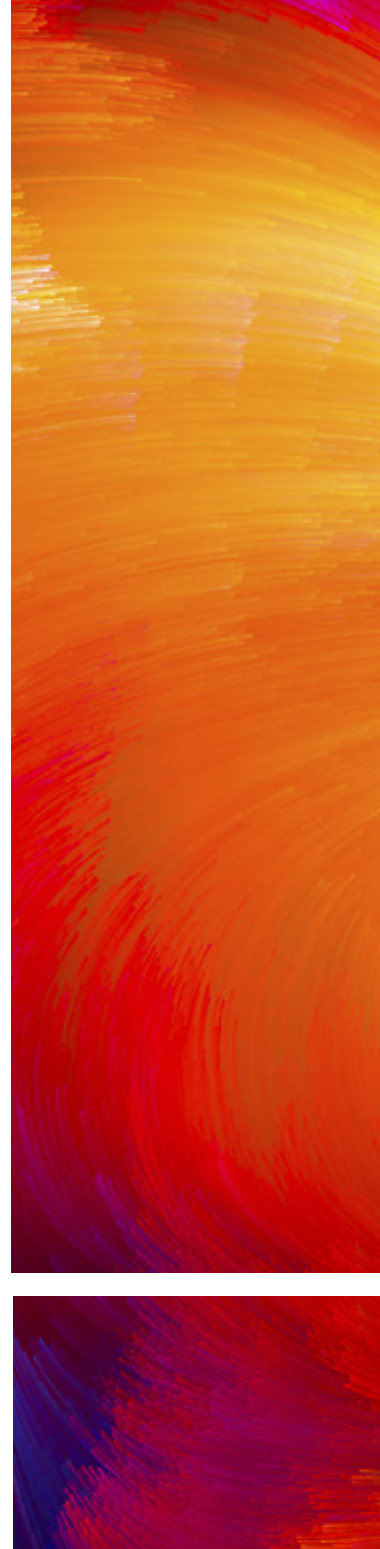
El artículo analiza las oportunidades y desafíos que la perspectiva del desarrollo económico local abre a las políticas e instituciones de formación profesional. Para ello, realiza una revisión de los conceptos de desarrollo, desarrollo local y desarrollo económico local; fundamenta el papel del conocimiento como elemento clave para la búsqueda de una competitividad territorial basada en la identidad y las especificidades económicas, sociales y culturales de los territorios; argumenta sobre la potencialidad de los espacios locales para la búsqueda de nuevas respuestas a la necesidad de articular educación y trabajo; y, finalmente, reflexiona sobre el papel de las instituciones de formación en las estrategias de desarrollo económico local y la emergencia de nuevos arreglos institucionales en el nivel territorial.

**Palabras clave:** Formación profesional. Instituciones de formación profesional. Desarrollo. Desarrollo local. Desarrollo económico local. Territorios. Competitividad. Globalización. Trabajo.

## Introdução

O desenvolvimento econômico local tem características comuns de uma realidade diversa. Embora possa parecer paradoxo, a atual etapa de globalização, integração mundial e crise de fronteiras econômicas a que atualmente estamos assistindo se converteu no contexto adequado para que se impulsionem e se fortaleçam os processos de desenvolvimento local.

Apesar de muitos sustentarem que uma das tendências da globalização é a homogeneidade (mesmos produtos, mesmas preferências, mesma cultura em qualquer lugar do mundo), a realidade mostra uma forte heterogeneidade quanto a oportunidades e riscos para as diferentes localidades. Se o efeito esperado inicialmente era uma homogeneização das pautas de consumo, cultura, economia e política, o processo se revelou, posteriormente, muito mais complexo. Definitivamente, frente a um cenário onde se manifestam tendências globais, os impactos que estas estão tendo nos territórios e como estes planejam (ou não) empreender frente aos desafios vão em direção ao auge da heterogeneidade.





De fato, muitas empresas e territórios conseguiram adaptar-se ao novo cenário com grandes benefícios. No entanto, e paralelamente, a abertura das economias nacionais deixa vulneráveis as estruturas econômicas locais com escassa ou nenhuma capacidade de competir no entorno globalizado. Isso levou ao desaparecimento de estruturas produtivas locais, ao desemprego e, em outros casos, quando se mantém o emprego ou quando as vagas são geradas para atender à economia global, à perda de qualidade das condições de trabalho. Os trabalhadores com graus mais baixos de qualificação encontram maiores dificuldades para ser contratados, o que provoca um crescimento do setor informal e o incremento do trabalho precário. Por sua vez, os pontos de vista na perspectiva do local ou do nacional sobre o processo de globalização têm, justamente, uma relação direta com as consequências desse processo.

## Êxito na economia globalizada

Cabe, então, perguntar que opções restam para que as pessoas, empresas e regiões consigam se inserir com êxito na economia globalizada, por meio de processos de desenvolvimento que sejam sustentáveis e gerem trabalho de qualidade. A esse respeito, primeiramente, deve-se dizer que não existe um modelo único para aceitar esse desafio. A diversidade das pessoas, empresas e territórios corresponde a estratégias possíveis igualmente diversas. Ainda assim, a diversidade não exige da tarefa de conceituar mediante um processo um tanto quanto abstrato, que se entende por desenvolvimento econômico local.

Em primeiro lugar, e restringindo-se ao conceito de “desenvolvimento”, há uma tendência a subscrever aqueles enfoques que superam a falsa dicotomia entre desenvolvimento econômico por um lado, e desenvolvimento social por outro. Fala-se, pelo contrário, de processos de mudança estrutural em múltiplas dimensões (econômica, política, social, cultural e ambiental), as quais com tendência a aumentar a qualidade de vida de todos os membros sociais, de modo a alcançar mais completa satisfação das necessidades básicas coletivas (GAGO, 1993).

No entanto, quando se refere a desenvolvimento local, entende-se um processo em que uma sociedade local, mantendo sua própria identidade e seu território, gera e fortalece suas dinâmicas econômicas, sociais e culturais, facilitando a articulação de cada um dos subsistemas ou dimensões, promovendo maior intervenção e controle entre eles (PODESTÁ, 1999). Para levar adiante o processo com tais características, é fundamental a participação dos agentes, setores e forças que atuam interconectados dentro dos limites de um território determinado, e que devem contar com um projeto comum que combine: a geração de crescimento econômico, equidade, mudanças sociais e culturais, sustentabilidade econômica, enfoque de gênero, além de qualidade e equilíbrio espacial e territorial, qualidade e equilíbrio espacial e territorial com a finalidade de elevar a qualidade de vida e o bem-estar de seus habitantes (ENRÍQUEZ, 2001).

De sua parte, a denominação de estratégias de desenvolvimento local (DEL) se aplica a uma variedade de instrumentos que, por oposição à tradição das políticas centralizadoras de desenvolvimento, procuram animar os processos de fortalecimento das vantagens competitivas que se manifestam em determinados territórios. Para isso, as estratégias se concentram mais no que se conhece como fatores “endógenos”: o tecido econômico local, os recursos humanos e o marco institucional local. Definitivamente, trata-se de trabalhar sobre a premissa de que a atividade econômica dependa das condições socioeconômicas do lugar, e não o contrário.

Isso se vincula ao processo de revisão daquelas concepções que, historicamente, identificaram as políticas públicas como campo em que o monopólio estava radicado no aparato estatal, muitas vezes, centralizado. No novo enfoque, ao contrário, a atividade pública estatal se articula com a iniciativa, os recursos e as capacidades dos atores sociais e privados, redesenhando o que se considera “espaço público”, o qual passa a ser entendido na sua acepção mais essencial e primitiva: aquele que atende os interesses comuns e cuja gestão convoca todos os atores envolvidos, a partir de sua própria identidade. White e Gasser (2001) determinam quatro características básicas das estratégias DEL: a) necessidade de participação e diálogo social; b) base territorial; c) mobilização dos recursos e vantagens competitivas locais; e d) execução e gestão local.

O Programa de Desenvolvimento Econômico Local da OIT, por outro lado, utiliza uma definição que inclui essas quatro características, quando considera o DEL

um processo de desenvolvimento participativo que fomenta os acordos de colaboração entre os principais atores públicos e privados de um território, possibilitando o desenho e colocando em prática uma estratégia de desenvolvimento comum para aproveitar os recursos e vantagens competitivas no contexto global, com o objetivo final de criar empregos decentes e estimular a atividade econômica (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 2008).

Rodríguez-Pose (2001) também realizou uma comparação entre as características das estratégias DEL e as políticas tradicionais de desenvolvimento (de cima para baixo), identificando pelo menos quatro aspectos que denotam diferenças de valores: primeiramente, enquanto nos enfoques tradicionais de cima para baixo a tomada de decisão sobre onde colocar em prática as estratégias de desenvolvimento recai sobre os estrategistas do governo central, com apenas implicação dos atores locais, as práticas de DEL favorecem o fomento do desenvolvimento utilizando o potencial econômico e os diferenciais competitivos de cada espaço. Desse modo, a iniciativa acerca da estratégia de desenvolvimento a seguir se realiza localmente ou com um grande apoio local.

• • • • • • • • • •  
**Trata-se de trabalhar  
sobre a premissa  
de que a atividade  
econômica dependa  
das condições  
socioeconômicas  
do lugar, e não o  
contrário**  
• • • • • • • • • •

Em segundo lugar, como resultado de onde e como se tomam as decisões, as políticas tradicionais se desenharam, geriram e puseram em prática a partir dos ministérios ou das agências do governo central. A intervenção dos atores locais nas estratégias DEL implica, ao contrário, um maior grau de coordenação vertical e horizontal por parte de todos os atores envolvidos<sup>1</sup>. A terceira diferença se refere ao tipo de planejamento adotado sobre o desenvolvimento. As políticas tradicionais tinham o costume de adotar um enfoque setorial. Um dos principais objetivos dessas medidas era o fomento dos setores industriais concretos, que contribuíram para a geração de um dinamismo econômico. Por outro lado, o DEL põe em prática um planejamento territorial como modo de alcançar o desenvolvimento. Desse modo, o diagnóstico das condições econômicas, sociais e institucionais particulares a cada território e a identificação do potencial econômico local são as bases sobre as quais se constitui qualquer estratégia de desenvolvimento. Quarto e último, ambos os enfoques se diferenciam também pela sua maneira de atrair atividade econômica. Enquanto os enfoques tradicionais haviam confiado basicamente nas ajudas financeiras, pacotes de incentivos e subsídios para atrair e manter a atividade econômica, o DEL em geral tende a evitar tais incentivos e a concentrar-se na melhoria das condições básicas para o desenvolvimento e a atração de maior atividade econômica.

## Territórios diversos, tecidos produtivos específicos

À sua maneira, e com diferentes graus, toda região se constitui um *mix* econômico e ocupacional.

É com base nesta afirmação que se percebe melhor as vantagens da análise econômica regional, superando a análise setorial e os exercícios de estudos e planejamento territorial baseados em critérios políticos administrativos.

Cabe se perguntar, aliás, em que medida a exclusividade nos tipos de atividade econômica que se concentram e se combinam em certas regiões constitui um fator de explicação dos processos de desenvolvimento de determinado nível.

Alguns autores enfatizam o maior poder explicativo do enfoque ocupacional do que o enfoque exclusivamente industrial (MARKUNSEN; SCHROCK, 2001). Essa teoria considera que a educação, localização e migração de pessoas com competências particulares, relacionadas com ocupações ou ramos ocupacionais, resultam mais importantes que a localização e migração de estabelecimentos produtivos, empresas e indústrias. Se ambos os aspectos estão relacionados e é claro que as pessoas buscam e seguem as oportunidades de trabalho, o que se afirma é que, crescentemente, as pessoas escolhem localizações com base em



determinados tipos de facilidades, vantagens e preferências pessoais, e são as empresas que na verdade acabam seguindo os trabalhadores.

As investigações desses mesmos autores assinalam que, em primeiro lugar, a distribuição das ocupações entre as diversas indústrias é difusa, uma vez que a estrutura ocupacional industrial muda com o tempo. Segundo, as regiões se caracterizam, entre outros aspectos, por significativas configurações ocupacionais, que em certos casos resultam em uma concentração de profissões especializadas superiores à média nacional. Terceiro, ao longo do tempo, um número significativo de ocupações deixam de se vincularem a um determinado espaço, significando que elas têm mobilidade e que sua presença em uma economia regional não pode ser totalmente previsível com base em seu passado (MARKUNSEN; SCHROCK, 2001).

Conclui-se, então, que a análise econômica regional, usada como base para o estímulo a estratégias de desenvolvimento econômico local, há de tomar em consideração não apenas a presença e estrutura de atividades econômica, mas também a configuração das profissões que têm êxito na região. Isso inclui mais do que a orientação setorial existente no mercado de trabalho, inclui também a composição por níveis ocupacionais (direção, média gerência, técnicos, profissionais, trabalho manual, trabalhadores da área de serviços, empresários) e os níveis de qualificação em determinado mercado (desde a mais alta especialização e qualificação até o trabalho ainda não qualificado).

Finalmente, cabe tomar em conta que as indústrias e empresas se mudam de território em busca de melhores vantagens também no mercado de trabalho dinâmico, na medida em que as pessoas desenvolvem opções de trabalho, estudos e vida que, se podem bem estar relacionadas como as decisões das indústrias e empresas, também se baseiam em motivações e critérios próprios. Se isso incorpora um maior nível de complexidade, não menor que a tarefa de construir estratégias de desenvolvimento, também permite visualizar maiores margens para intervenção e modificação das condições atuais.

## **As estratégias de desenvolvimento local como novo espaço para vincular educação e trabalho**

Uma característica nem sempre mencionada explicitamente, mas presente nas abordagens teóricas sobre o desenvolvimento econômico local é a que se refere ao papel central do conhecimento. Assim como os indivíduos têm maiores oportunidades no mercado laboral quanto melhor seu nível de qualificação, as empresas obtêm maiores níveis de produtividade quando utilizam de maneira efetiva o conhecimento e os territórios e as sociedades locais possuem mais chances quanto maior for seu capital nesse aspecto.





fronteiras dessas concentrações. Do mesmo modo que as indústrias precisam de capacitações gerais facilmente transferíveis, também demandam competências específicas que tendem a ser mais escassas. Nesse sentido, as empresas tendem a valorizar a disponibilidade dos trabalhadores familiarizados com as operações envolvidas em seus negócios e que sejam capazes de aplicar seus conhecimentos no ambiente particular que uma concentração desse tipo pode gerar.

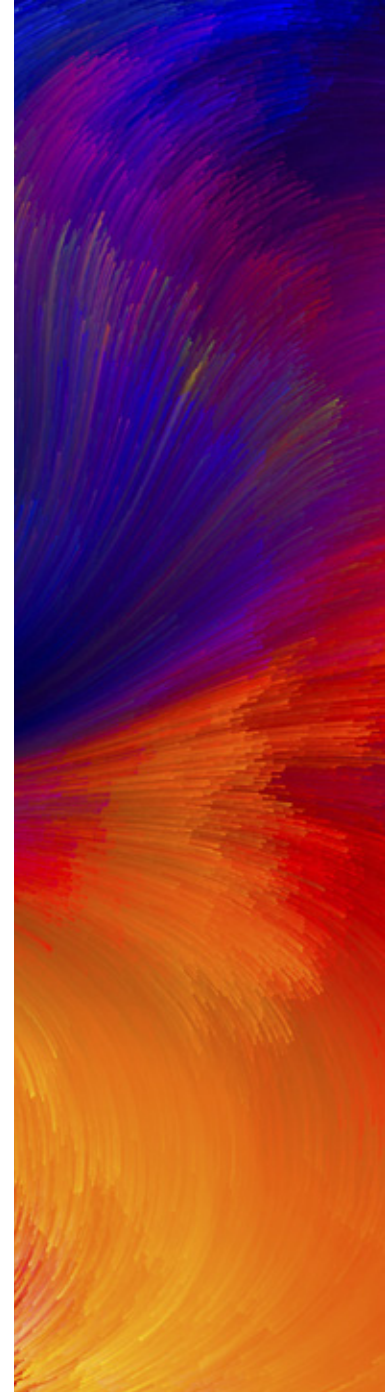
É evidente, portanto, que a educação profissional faz parte de um mecanismo de desenvolvimento local e obrigatoriamente tem que ser concebida como elemento estratégico. Cada vez mais os projetos de desenvolvimento local dependem de ativos intangíveis – informação e conhecimento trazidos por seus trabalhadores, empresários e organizações. A essa situação se deve somar o fato de que recursos como tecnologia e capital financeiro podem ser transferidos instantaneamente, o que não sucede ao capital humano qualificado.

Se bem se pode afirmar que muitas instituições educativas não reconheceram nem atenderam adequadamente às necessidades específicas das regiões onde estão, existem, porém, igualmente, muitos exemplos positivos. Diversas instituições assumiram como parte de sua missão o adequado conhecimento das necessidades de um amplo espectro de indivíduos e empresas, focando sua ação em responder eficazmente às demandas das economias regionais. Merecem ser destacadas, especialmente, as evoluções em matéria de atenção às necessidades de pequenas e médias empresas por meio de uma ampla variedade de serviços. Essas instituições são autênticos centros de excelência em suas regiões, ao demonstrarem suas capacidades para desenvolver uma educação especializada para tipos específicos de empresas.

## **O papel das instituições de educação profissional nos processos de desenvolvimento econômico local**

Os mercados de trabalho especializados proveem às empresas mais opções e tornam certas regiões mais desejáveis, dependendo da alta competência de seus recursos humanos. As empresas, geralmente, colocam em primeiro lugar a existência de um mercado de trabalho especializado sobre outros fatores na hora de adotar decisões em matéria de expansão ou localização empresarial.

Nesse sentido, é interessante perguntar sobre o trabalho que devem desempenhar os centros de educação profissional para aperfeiçoar e capacitar os recursos humanos locais. A primeira questão se refere às competências e objetivos que têm – e devem ter – esses centros de formação, e se os mesmos devem servir a todos os estudantes e a todas as indústrias com um caráter universalista ou, pelo contrário, uma educação com enfoques mais específicos. Os centros de educação profissional podem ofertar competências gerais e cursos fundamentais para um grande número de opções ocupacionais, porém, eles não podem fazer isso com o mesmo nível ou intensidade de aprendizagem para



cada uma delas. Os centros devem sempre ter opções educacionais baseadas nas necessidades das empresas, nas demandas dos estudantes e nos interesses de autoridades e docentes. Os que buscam atender prioritariamente às demandas das empresas, necessariamente optam por focar os setores com maior desenvolvimento regional. Em geral, dispõem-se apenas de poucas instituições para atender às demandas de uma região. Além de ofertar cursos de nível geral ou básico, as instituições de educação profissional devem tomar decisões estratégicas sobre que programas especializados oferecer.

Por outro lado, a existência manifesta ou potencial de uma demanda em grande escala justifica a realização de investimentos maiores nas instituições particulares para fortalecer suas posições dentro de territórios específicos.

A missão dos centros se define pela comunidade a que servem. É certo que, especialmente em tempos de pressupostos estatais, as instituições estão obrigadas a justificar cuidadosamente a forma como são investidos seus recursos. Porém, isso não impede que se negociem acordos entre os centros e as empresas onde se especifiquem personagens e responsabilidades para diferentes partes, e que isso resulte no estabelecimento de relações que beneficiem tanto os estudantes como as empresas e a comunidade. Mas ditos acordos sempre vão tomar em conta o contexto regional específico de onde estão sediados, com todas as suas peculiaridades. Em todo caso, os centros de educação profissional sempre têm um papel a desempenhar nos processos de desenvolvimento econômico regional e muitos deles podem assumir responsabilidades para preencher lacunas nos mercados de trabalho dos territórios onde operam.

• • • • • • • • • •

**A missão dos centros se define pela comunidade a que servem**

• • • • • • • • • •

Nos casos em que coexistem centros especializados e outros centros de formação é importante que estes possam ter acesso a informação e capacidade de inovação concentrados nos centros especializados, por meio de redes de cooperação e intercâmbio. Se os custos associados ao desenvolvimento desse tipo de centro são elevados, o Estado ou as instituições de ensino nacionais podem recorrer a subvenções cruzadas; a resposta está em não fazer que comunidades de educação profissional compitam pelos mesmos mercados. O melhor é determinar quais mercados têm sentido para determinadas comunidades. Em algumas regiões, podem existir concentrações de empresas orientadas ao mesmo tipo de produção ou serviços, mas localizadas em lugares diferentes. Nesses casos, os centros de diferentes localidades podem trabalhar de forma colaborativa. Nesse esquema, todos os centros estariam aptos para usar os currículos, competências, métodos de avaliação de necessidades e conexões com a indústria desenvolvidos por qualquer outro centro e tudo que fosse inovação não seria propriedade de nenhuma instituição em particular, pertenceria a todo o sistema regional de educação profissional.

Em muitas regiões, pode não haver grupos de indústrias sem escala ou concentração necessária para alcançar os critérios estabelecidos a fim de reco-

nhecer a existência de um nível de especialização produtiva assimilável a um *cluster* ou outro tipo de configuração econômica regional especializada. Também podem existir atividades que não satisfaçam as expectativas de ingresso na comunidade.

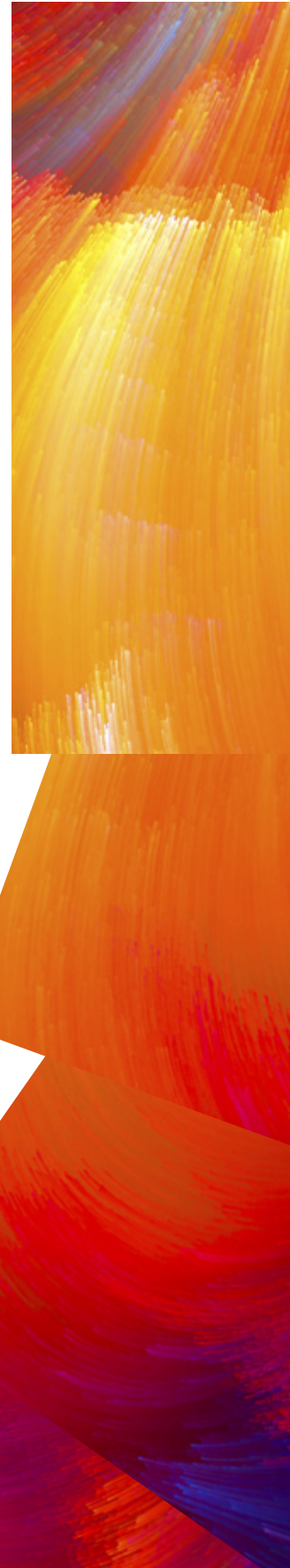
Porém, os tecidos produtivos não são “coisas”, são sistemas com interdependências e interesses coletivos em uma economia que oferece uma forma lógica de organizar e oferecer serviços. Nas áreas rurais, por exemplo, as instituições de educação profissional podem desejar expandir sua área de cobertura, incluindo arredores, buscar conexões em tecidos produtivos de áreas adjacentes ou ainda considerar o apoio a micro e pequenas empresas e *micro clusters* que podem representar configuração única de competências. Igualmente, em localidades com relações sistêmicas débeis, tratar a economia como um sistema pode produzir mais benefícios que o simples trabalho com indivíduos e empresários.

Finalmente, é importante questionar se a especialização não limita de alguma maneira a possibilidade de adaptação dos egressos, ao ponto de converter-se em desvantagem. Se a especialização é vista como a mais simples e efetiva forma de ensinar competências generalizáveis, não representa uma ameaça. Grande parte da formação feita mediante currículos referentes a uma família ocupacional em particular consiste em competências gerais e transferíveis, valorizadas também por outras áreas. Porém, as aplicações específicas que se usam nos processos de formação estão relacionadas tanto com o território e o tecido produtivo de referência como com a escolha de carreira das pessoas. Em certo prazo, os estudantes podem ganhar experiência, complementar suas competências e, com cursos adicionais, serem capazes de transferi-las. A especialização aumenta as possibilidades de carreira ao facilitar a entrada nela, e dando aos jovens a experiência de trabalho e confiança para enfrentar as mudanças subsequentes.

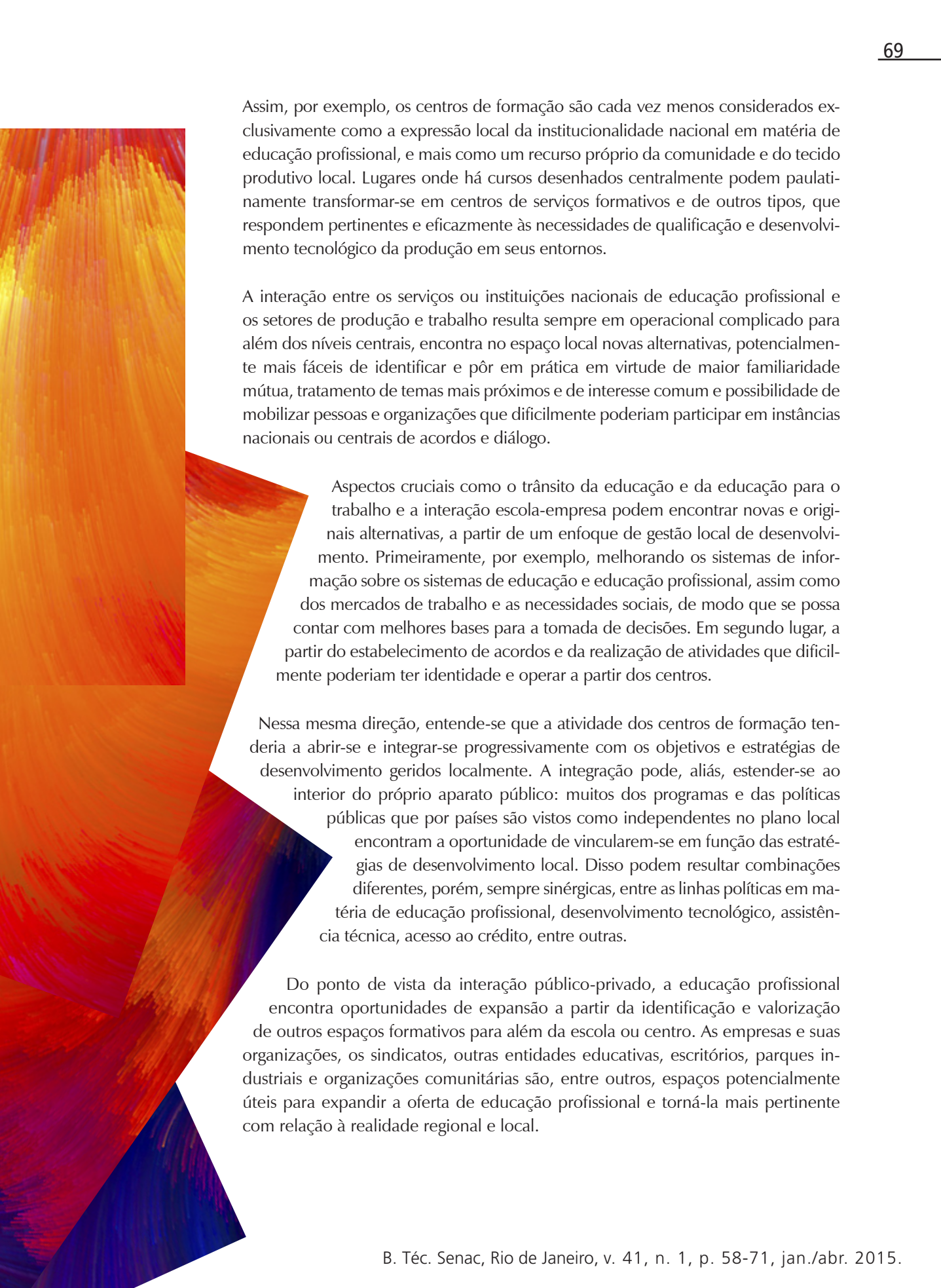
De acordo com as mais recentes tendências, a educação e a educação profissional são assumidas como um grande processo no qual as pessoas continuamente se requalificam para o trabalho e desenvolvem novos grupos de competências. A visão de um processo unidirecional de movimento, desde os conhecimentos fundamentais até as competências mais técnicas, está sendo rapidamente substituída pela perspectiva de processos muito mais interativos e laterais.

## **O território como espaço fértil para a construção de novos arranjos institucionais**

O enfoque do desenvolvimento local abre as portas a uma nova configuração das relações entre setor público e privado, novas articulações entre os próprios serviços públicos e oportunidades para a participação e o diálogo social.







Assim, por exemplo, os centros de formação são cada vez menos considerados exclusivamente como a expressão local da institucionalidade nacional em matéria de educação profissional, e mais como um recurso próprio da comunidade e do tecido produtivo local. Lugares onde há cursos desenhados centralmente podem paulatinamente transformar-se em centros de serviços formativos e de outros tipos, que respondem pertinentes e eficazmente às necessidades de qualificação e desenvolvimento tecnológico da produção em seus entornos.

A interação entre os serviços ou instituições nacionais de educação profissional e os setores de produção e trabalho resulta sempre em operacional complicado para além dos níveis centrais, encontra no espaço local novas alternativas, potencialmente mais fáceis de identificar e pôr em prática em virtude de maior familiaridade mútua, tratamento de temas mais próximos e de interesse comum e possibilidade de mobilizar pessoas e organizações que dificilmente poderiam participar em instâncias nacionais ou centrais de acordos e diálogo.

Aspectos cruciais como o trânsito da educação e da educação para o trabalho e a interação escola-empresa podem encontrar novas e originais alternativas, a partir de um enfoque de gestão local de desenvolvimento. Primeiramente, por exemplo, melhorando os sistemas de informação sobre os sistemas de educação e educação profissional, assim como dos mercados de trabalho e as necessidades sociais, de modo que se possa contar com melhores bases para a tomada de decisões. Em segundo lugar, a partir do estabelecimento de acordos e da realização de atividades que dificilmente poderiam ter identidade e operar a partir dos centros.

Nessa mesma direção, entende-se que a atividade dos centros de formação tenderia a abrir-se e integrar-se progressivamente com os objetivos e estratégias de desenvolvimento geridos localmente. A integração pode, aliás, estender-se ao interior do próprio aparato público: muitos dos programas e das políticas públicas que por países são vistos como independentes no plano local encontram a oportunidade de vincularem-se em função das estratégias de desenvolvimento local. Disso podem resultar combinações diferentes, porém, sempre sinérgicas, entre as linhas políticas em matéria de educação profissional, desenvolvimento tecnológico, assistência técnica, acesso ao crédito, entre outras.

Do ponto de vista da interação público-privado, a educação profissional encontra oportunidades de expansão a partir da identificação e valorização de outros espaços formativos para além da escola ou centro. As empresas e suas organizações, os sindicatos, outras entidades educativas, escritórios, parques industriais e organizações comunitárias são, entre outros, espaços potencialmente úteis para expandir a oferta de educação profissional e torná-la mais pertinente com relação à realidade regional e local.

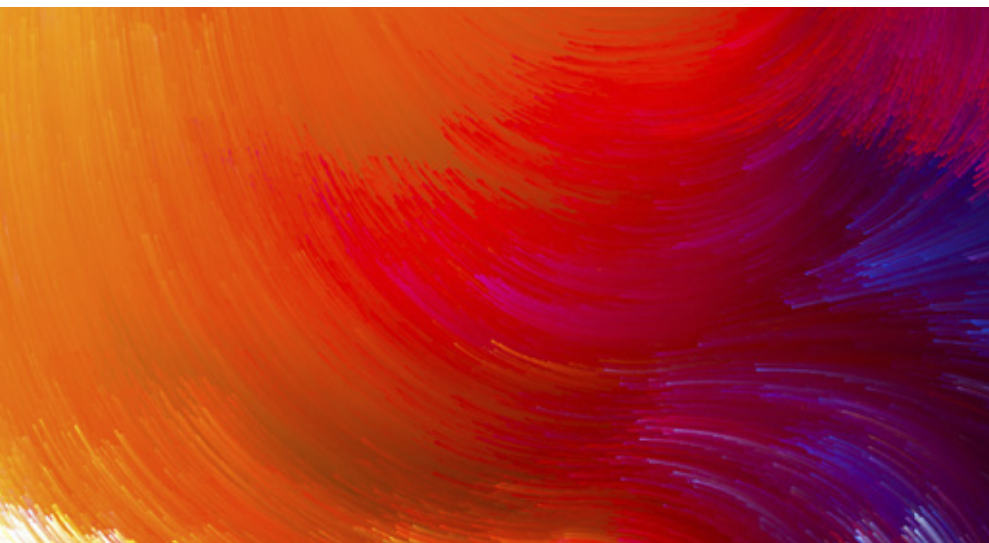
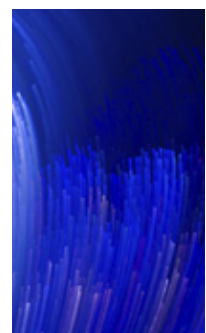
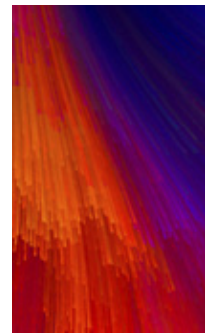
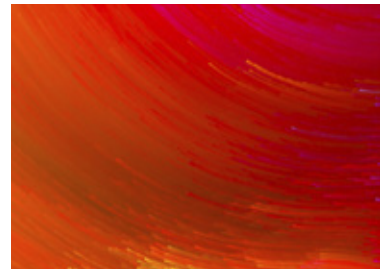
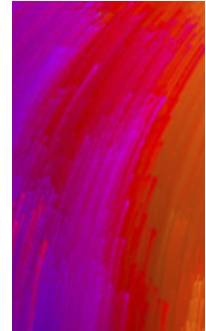
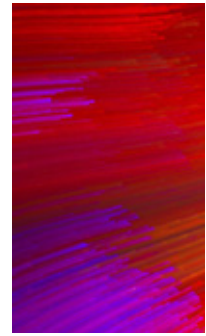
## Considerações finais

A formação para o trabalho se converte e um dos aspectos que sustentam as estratégias de desenvolvimento econômico local. Ao tomar em conta as particularidades dos territórios, sociedades locais e seus tecidos produtivos, é possível conhecer melhor os problemas e as oportunidades que têm os membros das comunidades e chegar mais próximo do objetivo de contar com uma formação mais pertinente, útil e de melhor qualidade.

Trata-se, definitivamente, de restituir um papel de destaque à educação profissional com relação ao desenvolvimento econômico e social; entender que a formação pode ir além de uma adaptação passiva às mudanças que suscitam a globalização e suas consequências nas comunidades, apontando para a superação de situações muitas vezes adversas.

## Notas

<sup>1</sup> A coordenação vertical supõe a sincronização das instituições locais, regionais, nacionais e supranacionais ou internacionais. A coordenação horizontal compreende os atores públicos e privados preocupados com assuntos de desenvolvimento (RODRIGUEZ-POSE, 2001).



## Referências

ENRÍQUEZ, Alberto. El desarrollo regional/local. In: ENRÍQUEZ, Alberto. **Hacia una delimitación conceptual del desarrollo regional/local**. El Salvador: FUNDE, 2001.

GAGO, Alberto. **Planificación y desarrollo regional**. [S.l.: s.n.], 1993. Curso Latinoamericano de Desertificación.

MARKUSEN, Ann; SCHROCK, Greg. **Occupational advantage**: detecting and enhancing occupational mix in regional development. Minnesota: University of Minnesota, 2001. Project on Regional and Industrial Economics. (Working paper, n. 256).

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Centro Internacional de Formación. **DEL**: desarrollo económico local + empleo: material para promotores, módulo 1: ¿qué es el DEL? Ginebra, 2008.

PODESTÁ, Enrique. **Estudio de la gestión ambiental en la microrregión del Rosario**. Montevideo: Programa Desarrollo Local del Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH), 1999. (Serie Desarrollo Local en América Latina, n. 4).

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. **El papel de la OIT en la puesta en práctica de estrategias de Desarrollo Económico Local en un mundo globalizado**: Local Economic Development Programme (LED). Londres:, Departamento de Geografía y Medio Ambiente, 2001.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo de los recursos humanos. In: POLÍTICA económica local. [S.l.]: Editorial Pirámide, 1993.

WHITE, S.; GASSER, M. **Local economic development**: a tool for supporting locally owned and managed development processes that foster the global promotion of decent work. Ginebra: Departamento de Creación de Empleo y Desarrollo Empresarial de la OIT, 2001.